

- João do Azevedo -

REVISTA BRASILEIRA
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

PUBLICADA PELO INSTITUTO NACIONAL
DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

VOL. XXX JULHO-SETEMBRO, 1958

N.º 71

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Vol. XXX

Julho-Setembro

Nº 71

SUMARIO

Idéias e debates:

AMITAI ETZIONI, O trabalho, como método educativo nas escolas de Israel	3
ELISA DIAS VELOSO, Problemas de ajustamento à escola	15
LOURENÇO FILHO, Variações sobre um velho tema	30
PRIMO NUNES DE ANDRADE, A educação na era do desenvolvimento	46

Documentação:

Seminário Interamericano sobre Planejamento de Educação	69
II Congresso Nacional de Educação de Adultos	81
O Ensino Primário em Pernambuco	96
Nota	106

Vida educacional:

Informação do país	107
Informação do estrangeiro	120

ATRAVÉS DE REVISTAS E JORNAIS: *A. Casais Monteiro*, O problema do ensino; *F. Altenfelder Silva*, A educação em duas comunidades do São Francisco; *Iva Waisberg Bonow*, Formação do magistério primário no Distrito Federal; *J. Querino Ribeiro*, Educação e economia; *Luis Alves de Matos*, A formação do moderno professor do ensino secundário; *Onofre A. Pen-teado Júnior*, O Manifesto e a educação

	123
--	-----

Atos oficiais:

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL: Lei nº 3.384, de 28 de abril de 1958 — *Dispõe sobre a profissão de técnicos em contabilidade*; Decreto nº 43.804, de 23 de maio de 1958 — *Aprova novo Estatuto da Universidade da Bahia*; Decreto nº 43.926, de 26 de junho de 1958 — *Dispõe sobre a Escola Nacional de Saúde Pública e dá outras providências*; Decreto nº 43.928, de 26 de junho de 1958 — *Institui a Campanha Nacional de Teatro*; Portaria nº 149, de 30 de abril de 1958 — *Dispõe sobre a Enciclopédia Brasileira*; Portaria nº 362, de 4 de junho de 1958 — *Dispõe sobre as Associações de Merenda Escolar*; Portaria nº 354, de 25 de abril de 1958 (Diretoria do Ensino Secundário — *Baixa instruções para a organização de serviços da Inspeção Seccional de São Paulo*); Portaria nº 70, de 28 de maio de 1958 — (Instituto Benjamim Constant) — *Baixa instruções sobre o Curso de Professores especializados em Didática de Cegos*; Portaria nº 62, de 25 de junho de 1958 — (Campanha Nacional de Merenda Escolar) — *Baixa instruções para o registro e inscrição das Associações de Merenda Escolar*; Resolução nº 3/58 — (Conselho Universitário da Univ. do Brasil) — *Altera o Regimento da Faculdade Nacional de Medicina*; Resolução nº 4/58 — (Conselho Universitário da Univ. do Brasil) — *Altera o Regimento da Escola Nacional de Química*

A EDUCAÇÃO NA ERA DO DESENVOLVIMENTO

PRIMO NUNES DE ANDRADE

Professor da Escola Naval

Na criação da nova cultura brasileira, que surge agora para dar expressão consciente às tendências históricas de formação da nacionalidade, dentro do quadro mais amplo de renascimento e de renovação universal na marcha das civilizações humanas, torna-se de alta relevância o papel influente da educação como função construtiva e propulsora do processo de desenvolvimento em curso na comunidade brasileira.

Evidentemente não deve ser exagerado o papel da educação, como se a mesma fosse capaz de, por si só, promover a criação de uma nova cultura. De fato, são as forças espirituais dinamizadoras do processo evolutivo da História que estão inspirando a consciência coletiva no sentido de dar uma nova forma estrutural à comunidade, de acordo com os imperativos econômicos e sociais da atual contingência histórica, ajustando-lhe ao mesmo tempo um sistema de novos valores espirituais, de princípios ideológicos, de normas de convivência social e de regras de equilíbrio de forças econômicas, que, no campo social, são partes constituintes da cultura que surge agora na era do desenvolvimento.

Uma nova ideologia está sendo formulada pela consciência coletiva e vai fazendo a conquista do espaço no domínio cultural da sociedade, onde antes imperava a antiga ideologia de fundo colonialista. A cultura decadente ainda se inspira nesta última, constituindo uma das suas melhores bases de apoio o sistema educacional atualmente em vigor na comunidade.

Torna-se, pois, evidente que decorre da própria natureza dinâmica do processo evolutivo da História, o impacto com que inevitável e necessariamente uma nova cultura atinge o sistema educacional que consolidava a cultura destinada a ser deslocada pela primeira. É o que está acontecendo atualmente na comunidade brasileira; as suas figuras mais representativas, legítimos expoentes da nova cultura que surge, estão-se dando conta da completa inadequação do atual sistema educacional e clamando

para que o mesmo sofra uma transformação de base, a fim de atender aos imperativos da atual fase de desenvolvimento.

Considerado pois objetivamente, sob o ponto de vista histórico, um sistema educacional deve ser encarado como meio de transmissão por gerações sucessivas, de consolidação e de aperfeiçoamento de uma cultura, e não como fonte de criação e de surgimento da mesma. No caso específico da comunidade brasileira, a reforma do seu sistema educacional impõe-se como uma decorrência da atual fase de desenvolvimento que a mesma atravessa.

Torna-se assim óbvio que as novas diretrizes, que estão sendo exigidas para a educação na comunidade, devem ser estabelecidas em termos correlatos às imposições do desenvolvimento, tanto no campo espiritual, como no material, e devem abranger, em consequência, todas as implicações de ordem moral, cultural, social e econômica decorrentes do mesmo.

De fato, as funções sociais da educação, considerada este em todos os seus variados aspectos, morais, intelectuais e práticos, exercem-se de maneira difusa e espontânea nos vários estágios de formação dos indivíduos componentes de uma sociedade, cabendo aos sistemas educacionais, através dos quais se exercem conscientemente as mesmas funções, tarefas mais especializadas, orientadas por determinados princípios, visando a determinados objetivos e utilizando os meios apropriados.

Se procurarmos equacioná-la em termos objetivos, em relação aos seus princípios orientadores, constataremos que a educação deve ser considerada como uma função a ser desempenhada no organismo social, em que as contribuições individuais das pessoas empenhadas nas tarefas correspondentes devem constituir-se em um processo de caráter social, através do qual a consciência coletiva possa concretizar as aspirações e tendências que orientam a evolução da comunidade.

A educação moral realiza-se através da família, dos círculos restritos de convivência social, das comunidades religiosas, das escolas, dos sistemas públicos de difusão de conceitos e costumes, tais como o rádio, o cinema, a televisão e a imprensa, e também impõe-se através das sanções disciplinadoras das leis consagradas do direito público.

Até os Tempos Modernos, a educação intelectual e a educação prática sempre foram ministradas em compartimentos sociais estanques e de âmbito limitado: a escola e a oficina. Da primeira surgiam os escolásticos e os eruditos, especializados na aquisição de conhecimentos racionais; na segunda faziam-se os artesãos, possuidores dos conhecimentos empíricos transmitidos

de geração a geração dentro do âmbito das famílias, das classes e das corporações.

A invenção da imprensa, como era natural, teve uma influência considerável no aperfeiçoamento do processo social da educação; a possibilidade de se dar uma divulgação mais ampla aos processos escritos de transmissão da cultura, até então privilégio dos escolásticos, haveria de dar um impulso considerável à educação intelectual. A aprendizagem da leitura e da escrita ampliou-se, permitindo que muitas funções sociais da educação, exercidas antes de maneira difusa e espontânea, pudessem encontrar uma forma mais expedita e eficiente de realização.

Nestas condições, nos Tempos Modernos, a partir da época do Humanismo, em que a civilização cristã começou a perceber os tesouros insuspeitados da sabedoria acumulada pela civilização greco-romana, começou a se fazer sentir a necessidade de aparelhar-se a sociedade com um sistema educacional capaz de suplementar, em benefício da cultura social, a educação difusa e espontânea que transmitia, de geração a geração, a linguagem, os hábitos e os costumes, e a educação de âmbito limitado, quase esotérico, que transmitia os conhecimentos intelectuais e os segredos do artesanato industrial.

Com o objetivo de melhor situar o problema da educação no panorama histórico-cultural brasileiro, faremos uma análise da maneira como se têm desenvolvido os sistemas educacionais a partir dos Tempos Modernos.

Atravessamos indiscutivelmente uma etapa, na marcha das civilizações, em que o individualismo egoísta, sobre o qual se têm baseado os conceitos aristocráticos de hierarquia social, vem cedendo terreno a uma aspiração generalizada de cooperação e integração comunitária, fundamento natural do conceito democrático de convivência social.

Ao mesmo tempo que as consciências individuais reclamam por mais liberdade no domínio espiritual, a moderna vida social tem tornado mais estreitos os laços de solidariedade humana, impelindo as primeiras a se subordinarem aos anseios coletivos de justiça e de fraternidade. A liberdade espiritual e a justiça social constituem, nestas condições, os ideais capazes de orientar com autenticidade a marcha das civilizações, sobre os mesmos devendo calçar-se, conseqüentemente, os princípios orientadores dos modernos sistemas educacionais, que devem ser ajustados às novas culturas, próprias da atual época de evolução da Humanidade.

Essa evolução de ordem moral e social, cujo processo natural é lento e contínuo, vem, não obstante, se ajustando a outra, de ordem intelectual e prática, que se tem caracterizado justamente

por mutações rápidas em um processo de aceleração vertiginoso. Tal processo acelerado nada mais é que a chamada Revolução Tecnológica, da qual uma das implicações é a Revolução Industrial, e que é principalmente caracterizada pela racionalização dos métodos de trabalho, pela planificação da produção, assim como pela expansão e pela diversificação das atividades humanas no organismo social.

Profundas são as modificações de estrutura econômico-social que a Revolução Tecnológica tem introduzido nas comunidades em processo de desenvolvimento, a partir do século XIX. Muitas destas modificações podem ser objetivamente analisadas, já no século passado, em países como os Estados Unidos, em que a evolução se processou de maneira natural, espontânea e harmônica, nos países europeus que acompanharam a Revolução Industrial, como também no Japão; nos últimos a evolução tem-se processado menos suavemente, devido à inércia natural apresentada por estruturas sociais estratificadas através dos tempos e consolidadas por preconceitos e tradições seculares.

No século presente a nossa geração tem presenciado a irrupção, às vezes violenta e tumultuosa, das mesmas forças evolutivas, em países que haviam ficado à margem da Revolução Tecnológica e que têm procurado recuperar o atraso em relação às chamadas Grandes Potências, como passaram a ser denominados os países que haviam tido oportunidade de tirar partido, em primeiro lugar, das vantagens e facilidades proporcionadas pela nova etapa na marcha da civilização; assim pode ser considerado o surto de desenvolvimento já verificado na União Soviética, como também os que hoje se estão processando na Índia, na China e em grande número de países classificados na categoria de subdesenvolvidos, entre os quais se inclui o Brasil.

As mutações estruturais mais importantes que sobrevieram como decorrência do aumento de produtividade do trabalho humano, propiciado pela Revolução Tecnológica, e que haveriam de influir consideravelmente na evolução dos sistemas educacionais, assim podem ser relacionadas: o deslocamento de grande parte das populações dos campos para as cidades, conseqüência do aumento do rendimento individual do trabalhador rural e do do crescimento da demanda de mão-de-obra nas concentrações industriais urbanas; a redução das penas e dos sacrifícios impostos em geral ao trabalhador, cuja tarefa se tornou progressivamente menos ruda e árdua e cuja jornada de trabalho pôde ser reduzida na mesma proporção; o aumento conseqüente das horas de lazer, que se tornaram disponíveis para recreação e cultura das faculdades intelectuais e estéticas; e, finalmente, a possibilidade, por motivos idênticos, do aumento do período

de escolaridade, isto é, da primeira fase da vida individual na sociedade, em que os elementos jovens têm oportunidade de preparar-se para as tarefas que devem desempenhar no organismo social.

Todas essas modificações de estrutura, que têm exigido sempre mais qualificação na mão-de-obra, mais especialização na técnica e mais racionalização na produção, juntamente com os fatos e acontecimentos sociais, que têm implicado na valorização dos atributos morais dos indivíduos em função da sua participação na vida coletiva, assim como a conseqüente renovação das normas éticas de convivência social, vêm repercutindo na evolução dos princípios orientadores da educação, tendo dado lugar a que possam ser diferenciadas duas orientações educacionais distintas: a clássica e a moderna.

A orientação clássica fazia predominar, ainda como reminiscência das culturas medievais, a idéia da particularização da cultura individual, escolástica e erudita, acessível somente a uma parcela privilegiada da sociedade; tal cultura individual, na sua forma mais elevada, era concebida para dar satisfação aos ideais especulativos e de contemplação, encontrando um fim em si mesmo, na aquisição do conhecimento intelectual completo e perfeito. Através da escola sob a orientação clássica, preparavam-se intelectuais, muitas vezes brilhantes e geniais, porém distanciados do seu meio social.

Pela orientação clássica, a formação profissional constituía uma atividade inteiramente à parte da educação intelectual, funcionando em compartimentos estanques dentro de cada grupo social correspondente a cada profissão; ao passo que a educação intelectual visava às formulações abstratas do conhecimento, a educação profissional, ministrada no âmbito das famílias ou das oficinas, era eminentemente objetiva e de aprendizagem prática.

A orientação moderna faz predominar a idéia da formação da cultura individual, tendo em vista a sua participação no complexo cultural da sociedade; é a orientação que consagra o ensino disseminado e universal, acessível a todos, diversificado e ajustado às aptidões de cada um, visando à consolidação e ao aperfeiçoamento da cultura social no seu conjunto, na qual haverá lugar também para as grandes mentalidades, integradas que sejam na vida intelectual da comunidade.

Pela orientação moderna, a concepção democrática da educação está acompanhada por uma nova conceituação do conhecimento, que passa a ser considerado, não só sob o ponto de vista racional, das criações abstratas, como também sob o ponto de vista prático, das realizações concretas; é a ciência que

envereda pelo método experimental, como também é a indústria que envereda pelo caminho da técnica, daí decorrendo o caráter necessariamente tecnológico que tendem a assumir os modernos sistemas educacionais, que passam fundamentalmente a se destinar à formação profissional, da qual a educação intelectual, mesmo nos domínios mais abstratos, passa a ser uma simples especialização.

Por outro lado, a própria aspiração generalizada de cooperação e integração comunitária a que nos referimos acima e que é um indicativo seguro de que estamos transpondo uma etapa mais avançada na marcha da nossa civilização, vem influenciando no sentido de que a orientação moderna vise também a complementar no sentido cívico e social a educação moral realizada através da família e da religião.

Eis por que, como conseqüência da complexidade da vida cultural moderna e da tendência de integração comunitária da sociedade, a escola, como instituição, passa a ter um papel cada vez mais importante no organismo social, comparável ao da própria família. Se a necessidade da escola se faz sentir, de um lado, pela procura generalizada da aquisição de conhecimentos indispensáveis à formação intelectual e prática dos indivíduos formadores da sociedade, por outro lado, essa mesma escola tende a adquirir a prerrogativa da realização de determinadas funções de educação correlatas à convivência social, que já não podem mais ser exercidas apenas no âmbito limitado da família. São duas tendências que se encontram, mas que procedem de dois sentidos diferentes; a primeira conduz a escola a constituir-se em uma reprodução em escala menor da sociedade, destinada a transmitir de geração a geração o seu patrimônio científico, técnico e artístico; a segunda conduz a escola a transformar-se em um círculo familiar em escala maior, para o revigoramento dos laços de fraternidade, de solidariedade humana e de civismo. Como exemplos da realização objetiva da primeira tendência, temos já, no nosso meio, alguns casos isolados de institutos modelares de ensino profissional, quer no nível médio, quer no superior, em que se tem feito a experiência vitoriosa do entrosamento e da harmonização do ensino científico, da pesquisa tecnológica e da atividade industrial ou hospitalar. Como exemplos da realização objetiva da segunda tendência, temos as escolas pré-primárias instituídas nos moldes de jardins de infância, cujo sucesso tem, aliás, demonstrado a sua autenticidade e o seu valor.

Inegavelmente, mesmo nos países mais adiantados, os sistemas educacionais têm apresentado uma inércia considerável diante das forças propulsoras da evolução social; as influências

renovadoras, que se têm desenvolvido como decorrência da ampliação cada vez maior do conceito democrático de convivência social, a custo têm conseguido impor-se aos sistemas educacionais.

Nos países europeus, não obstante, pode observar-se uma evolução lenta da orientação clássica para a orientação moderna, em um processo de acomodação que se tem caracterizado inicialmente pelo dualismo, isto é, pela coexistência paralela das duas orientações, a educação intelectual e a educação prática sendo ministradas segundo sistemas distintos, o acadêmico e o profissional; posteriormente tem havido a tendência de integração recíproca de ambos estes sistemas.

Nos Estados Unidos, país novo e cuja evolução não estava sujeita às mesmas influências retardadoras das forças coercitivas dos preconceitos de uma cultura previamente elaborada, pôde instituir-se, pelo contrário, um sistema educacional mais autêntico e ajustado às conveniências do desenvolvimento da comunidade.

No Brasil, o ambiente cultural reinante desde os primeiros tempos da sua constituição em país autônomo tem sido desfavorável à orientação e estruturação de um sistema educacional dentro de normas e padrões em concordância com os interesses reais da comunidade e no sentido da efetiva realização do seu destino como nação independente e consciente de uma missão histórica definida no concerto das nações.

A vida cultural, profundamente marcada pelos traços de transplantação e de alienação, característicos do semicolonialismo e do subdesenvolvimento de povos de estruturas econômicas complementares das nações imperialistas em hegemonia, subordinou-se aos imperativos impostos pela organização estrutural da sociedade, cujas classes dominantes eram justamente aquelas que se beneficiavam do sistema latifundiário-mercantil de produção e comércio, que se entrosava com os mercados externos de natureza imperialista. As relações de troca com o exterior faziam-se através dos portos do litoral, para onde se canalizava o resultado financeiro da produção da comunidade. A organização administrativa do País condensou-se naturalmente no litoral, para cujos centros populosos afluíam todos os elementos que, desfrutando de uma situação de relativa abundância na sociedade, vinham dispostos a disputar os empregos na burocracia em contínua expansão, candidatar-se às funções públicas, seguir as carreiras militares ou habilitar-se para o exercício das profissões denominadas liberais.

Se, por um lado, a cultura litorânea, que se formou, consagraria na vida política, administrativa e social do País a supremacia da classe latifundiária e dos seus grupos associados da

burguesia mercantil, por outro lado orientaria o sistema educacional no sentido da justificação dos dogmas de uma ideologia de fundo colonialista, assim como no da perpetuação dos privilégios das classes dominantes, por meio da seleção dos elementos destinados a desempenhar encargos administrativos ou militares, funções políticas ou profissões liberais no organismo estrutural da comunidade.

Eis por que a cultura litorânea, que tem presidido a vida social, política e econômica da comunidade brasileira e que só começou a manifestar sintomas de decadência a partir do segundo quartel do século em curso, havia naturalmente de consagrar um sistema educacional de acordo com a orientação clássica, apenas com modificações indispensáveis para atender necessidades mais prementes na formação de profissionais de nível superior. Com efeito, seria através de tal sistema que se formariam as elites intelectuais, oriundas em geral das classes dominantes, com uma ilustração geralmente superficial, mas capaz de justificar-lhes o direito ao exercício de cargos, muitas vezes decorativos, na vida pública e administrativa do País. Sob o ponto de vista prático, o sistema educacional instituído pela cultura litorânea apresentava, não obstante, alguns resultados positivos na formação de profissionais de nível superior para as carreiras denominadas liberais.

Nesse sistema educacional, que tem evoluído até nossos dias, entre altos e baixos, avanços e recuos, a escola primária tem tido quase sempre o caráter de estágio preparatório para a escola secundária; esta, por sua vez, destina-se, acima de tudo, a servir de crivo de seleção entre os iletrados e os letrados, entre os que devem conformar-se com as ocupações consideradas menos nobres e com o trabalho braçal e os que aspiram a uma situação privilegiada na sociedade, que pode ser um cargo público rendoso, de pouco ônus e eficiência, ou a obtenção subsequente de um diploma de nível superior, propiciador de maiores direitos e privilégios.

Em tal sistema, a escola primária, teoricamente gratuita, mas freqüentemente inacessível às classes menos favorecidas, em virtude das exigências de difícil satisfação ou da escassez de disponibilidade de vagas, não tem o caráter que está sendo reclamado pela nova cultura da era do desenvolvimento. O que a nova cultura exige é uma escola em que, a par do ensino da leitura, da escrita e das operações elementares da aritmética e da geometria, dos conhecimentos gerais sobre os fatos naturais e sociais, se dê uma formação de caráter prático e ativo, de acordo com as condições de trabalho em cada localidade, assim como se inculquem hábitos sociais sadios e virtudes cívicas,

adequados a uma comunidade democraticamente organizada. Assim orientada, poderá a escola pública primária, tornada de fato universal e acessível a todas as classes sociais, dar preparo básico comum e oportunidades iguais a todos os cidadãos, que poderão, em estágio ulterior da escola de ensino médio, procurar desenvolver suas aptidões em cursos de natureza especializada.

É de notar-se que, enquanto, no século passado, os Estados Unidos surgiam como nação já liberta da tutela ideológica do colonialismo de além-mar, adquirindo portanto logo consciência da sua capacidade de autodeterminação e estruturando a sociedade dentro de princípios fundamentalmente democráticos, permanecia ainda o Brasil tolhido na sua evolução pelos vínculos de uma cultura alienada, imposta pelo imperialismo dominante das Grandes Potências e aceita, de bom grado, pelas classes dominantes, usufrutuárias da situação decorrente do semicolonialismo a que se submetia o País.

Torna-se assim perfeitamente compreensível a razão por que a comunidade norte-americana, nação nova e liberta até certo ponto do tradicionalismo retrógrado, capaz portanto de estruturar-se livremente segundo normas de autonomia e autenticidade, havia de ajustar à sua cultura um sistema educacional instituído segundo a orientação moderna, adotando o princípio democrático da escola comum e universal, destinada à preparação indiscriminada dos cidadãos para o trabalho em todos os níveis e ramos da atividade. O desenvolvimento econômico dessa grande nação pôde então realizar-se harmonicamente em todos os setores, pois o sistema educacional vigente estava plenamente capacitado a servir como mola propulsora de tal desenvolvimento. É de lamentar, contudo, que a comunidade norte-americana não se tenha libertado dos preconceitos discriminatórios de raça, que deixaram traços tão marcantes na sua cultura e que, ainda hoje, constituem uma nódoa para a civilização ocidental. Sob este ângulo do ponto de vista social, a cultura brasileira litorânea, formada sob o signo da integração racial, apresenta, sem dúvida, aspectos bem mais edificantes, apesar das suas características negativas de ausência de autonomia e autenticidade.

Mutações substanciais que se apresentaram no processo histórico-social da comunidade brasileira, a partir do segundo quartel do século em curso, dando lugar ao surgimento de uma nova cultura, ajustada a um estágio econômico-social mais elevado na sua evolução, caracterizar-se-ia entretanto por contradições e conflitos ideológicos, próprios de uma fase crítica de crescimento.

Aspirações incontidas do povo brasileiro por uma modificação da estrutura econômico-social da comunidade traduzir-se-iam por revoluções e alterações violentas das instituições legais. Entretanto, se, por um lado, reformas sociais e econômicas eram realizadas, muitas sob regime ditatorial, mas correspondendo, de fato, a aspirações impostergáveis da coletividade, por outro lado, seria o sistema educacional brasileiro transformado em reduto das forças retrógradas, que procurariam, por meio do mesmo, prolongar a vida, agora artificial, da cultura litorânea.

E assim é que vimos o Estado interferir autêntica e legitimamente no domínio econômico, dotando a comunidade de um aparelhamento estatal capaz de abrir caminho para o desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo que intervinha desastrosamente no domínio espiritual, pretendendo legislar em profundidade sobre o sistema educacional vigente.

A interferência do Estado no âmbito educacional, além de exorbitar do que seria legítimo e razoável, demonstrou-se nefasta, inepta e contraproducente; mais do que nunca, o sistema educacional passou a traduzir as aspirações por uma seleção perpetuadora dos privilégios das classes dominantes, apegando-se, por influência de um tradicionalismo estreito e retrógrado, a padrões pedagógicos já superados nas próprias culturas alienígenas em que procurou inspirar-se.

O sistema educacional de que dispúnhamos no primeiro quartel do século atual, instituído nos moldes clássicos e talhado, até certo ponto, segundo os padrões dualistas vigentes na França, se não era o mais conveniente para o Brasil, pelo fato de estar jungido a uma cultura alienada e a serviço dos interesses das classes dominantes, vinha, não obstante, demonstrando sintomas de aperfeiçoamento, decorrentes da ação de algumas mentalidades pioneiras, que já tinham percebido a necessidade de dar à educação os meios adequados e de orientá-la pelos princípios que lhe permitiriam realizar o objetivo precípuo da sua função social. Cumpria, pois, em um estágio mais avançado, subordiná-lo ao princípio democrático da escola comum e universal, ampliá-lo de maneira a poder de fato abranger, pelo menos no ciclo primário, todas as classes sociais, e estruturá-lo convenientemente em todos os ciclos, para que pudesse servir de instrumento eficaz de preparo do cidadão para o exercício das funções profissionais exigidas pelo organismo social da comunidade. Nessa estruturação, a finalidade de uma justa e conveniente intervenção do Estado seria a de estimular as forças que, na sociedade, se articulam natural e espontaneamente no exercício da função social da educação, de supri-las dos meios materiais adequados e de orientá-las por normas gerais que permitissem que o

sistema educacional brasileiro pudesse, com liberdade e autenticidade, procurar adaptar-se aos imperativos do desenvolvimento da comunidade.

Entretanto, em vez disso, o que vimos foi a educação ser erigida em um sistema monolítico e centralizado, constituído desde a base como se a sua finalidade precípua fôsse a formação de "intelectuais", de cultura pretensamente enciclopédica e "humanista", mas de fato ornamental e formalista, conseqüência de se apresentar tal sistema, em geral, destituído de conteúdo objetivo e prático.

A intervenção do Estado fêz-se logo sentir nas escolas de ensino secundário do tipo acadêmico, estabelecimentos particulares na sua grande maioria, ficando as mesmas sujeitas ao regime de equiparação e reconhecimento, de subordinação aos programas e regulamentos oficiais, de aprovação dos livros didáticos e de fiscalização burocrática; quanto à verificação da qualidade do ensino, anteriormente feita por meio de exames de Estado, passou entretanto a ser feita nas próprias escolas, dando lugar ao desvirtuamento do sistema; a educação passou a ser ministrada dentro de um emaranhado de formalismos, que visam não à sua eficiência, mas apenas à sua legalização; a conseqüência foi, como não poderia deixar de ser, a mercantilização do ensino, como hoje pode ser observada.

No ciclo secundário manifestou-se assim, logo, de uma maneira evidente e gritante, a inautenticidade, a falta de objetividade e as deficiências do novo sistema. Ao pedantismo de currículos extensos e impraticáveis, juntou-se o desprestígio e o relegamento a um plano subalterno e inexpressivo, do professor, figura central e essencial do processo educativo.

A figura do mestre, que, em época anterior, já havia logrado assumir características bem pronunciadas de prestígio social, adquirida mediante a emulação, que se fazia naturalmente através do sistema de aferição da eficiência do ensino por meio dos exames de Estado, foi abruptamente reduzida às proporções mínimas, pois, por força da legislação, o professor passou a ser uma simples peça funcional do estabelecimento de ensino, a cujos interesses imediatistas de lucro financeiro teria de subordinar-se. A eficiência do ensino tornou-se um objetivo secundário, pois a verificação dos resultados correspondentes passou a ser feita pelo próprio professor encarregado de ministrá-lo, sob a pressão dos interesses do proprietário do estabelecimento e do justo desejo dos alunos de vencerem uma etapa obrigatória e penosa de um currículo pedante, disparatado e incongruente. E deve ser reconhecido que, se mais nefastos não têm sido os

resultados da rigidez disciplinadora das normas do nosso sistema educacional no nível secundário, que têm tentado enclausurar o ensino nas pelas de programas e regulamentos oficiais e até de métodos pedagógicos impraticáveis honestamente, induzindo conseqüentemente à simulação, ao conformismo e à fraude, muito o devemos à ação dedicada de milhares de professores, que, fazendo da profissão um sacerdócio, lutam heróicamente contra o incrível emaranhado de formalismos legais, assim como contra as pressões aplicadas de cima e de baixo, para poderem desempenhar com algum rendimento a sua magna tarefa de educação intelectual.

Não obstante a sua evidente inautenticidade, todo esse sistema falsificado de ensino passou a ser aceito e reconhecido oficialmente como certo, não lhe faltando, para coonestá-lo, a complacente "fiscalização" de órgãos burocráticos ineficientes e inoperantes, como tantos outros que têm proliferado no organismo administrativo do País.

O ginásio e o colégio transformaram-se em campo de empreendimento e especulação para a iniciativa privada, campo aliás fértil na remuneração do capital empregado, que encontra abundantes garantias nos privilégios que a lei confere aos estabelecimentos de ensino reconhecidos oficialmente. E este reconhecimento passou a ser obtido pela fácil satisfação de exigências e requisitos legais, que não se referem ao conteúdo e ao mérito, mas apenas ao formalismo e às aparências; a equiparação oficial nivelou assim, para todos os efeitos legais, os estabelecimentos de ensino secundário que foram surgindo. A concorrência e a emulação no plano educacional, que seriam, sem dúvida, muito úteis para o aperfeiçoamento geral do sistema, não tiveram conseqüentemente a oportunidade de manifestar-se; e se a concorrência econômica, de efeitos danosos, não se tem manifestado, tal se deve ao fato de ter estado sempre presente, no processo social, a procura crescente das escolas, conseqüência natural do crescimento e da urbanização da população brasileira e razão pela qual as mesmas escolas se têm multiplicado rapidamente.

Paralelamente à indústria dos estabelecimentos de ensino equiparados, proliferou a indústria dos livros didáticos aprovados oficialmente; os bons e os maus livros passaram a ser julgados pelo mesmo padrão uniformizador da "concordância com os programas oficiais", garantidora da sua aprovação. Aliás, nada poderia ser imaginado como mais desencorajador para os autores do que esta suposta vantagem de uniformização do livro didático; com efeito, verifica-se aí uma inversão no processo lógico de elaboração da obra didática autêntica, pelo

fato de ficarem aqueles que têm conhecimentos e capacidade para dissertarem sobre assuntos da sua especialidade, obrigados a se subordinarem aos roteiros dos programas oficiais, que são, de fato, listas de pontos dispostos sem a necessária sistematização, quando a realização desta cabe legitimamente a cada autor, com as peculiaridades e originalidades próprias. E é nesse processo natural e espontâneo de elaboração das obras didáticas que poderá verificar-se a seleção necessária para que os melhores livros se destaquem e sejam consagrados pelo mérito intrínseco e não pela chancela oficial.

É de notar-se que nem só o crescimento da população brasileira e a sua acelerada urbanização explicam a sofreguidão com que são procuradas as escolas do ciclo secundário, pois a verdade é que deveriam influir em sentido contrário a notória ineficiência e a quase inutilidade de um ensino que, sob o ponto de vista dos verdadeiros objetivos de um sistema educacional autêntico, deveria consistir precipuamente na preparação dos indivíduos para o exercício das profissões exigidas pelo funcionamento harmônico do organismo social.

Entretanto o fato é que a situação de prosperidade de todo esse sistema reside justamente no privilégio atribuído a essas escolas, desde que preencham certas formalidades legais, de conferirem "certificados" reconhecidos pelo Estado, certificados estes que dão a seus portadores direito de se candidatarem às escolas superiores, além de outras facilidades para o acesso aos cargos burocráticos mais bem remunerados. E em toda essa pantomima oficializada em que se transformou o ensino secundário no Brasil, o que justamente apresenta o caráter mais burlesco, apesar de já se ter transformado em lugar comum aceito pacífica e mansamente por todos, é o fato de que o "certificado" conseguido à custa de sacrifícios pecuniários no decurso de períodos de tempo legalmente irredutíveis, não representa um atestado de conhecimento, mas apenas um "passaporte" indispensável para o acesso às escolas superiores do ciclo universitário. O certificado é apenas uma prova de que o aluno, durante sete longos anos, se acomodou às "lições decoradas", aos "pontos para as provas", quando não à "cola", que encontra naturalmente a sua melhor justificativa no caráter de farsa, do processo de que o mesmo aluno é obrigado a participar. O certificado é, acima de tudo, um atestado de que o aluno pertence a uma família relativamente abastada, que pôde fazer face, às vezes com sacrifício, às despesas da sua manutenção na qualidade de estudante, durante aquele período. E quando o dito aluno se vê na contingência de enfrentar um exame vestibular para uma escola superior, tem de ingressar

preliminarmente em um outro tipo de escola, autônomo e estranho ao sistema educacional monolítico e oficializado; nesta escola é então ministrado o ensino "para valer", dos conhecimentos exigidos nos concursos às Universidades e aos cargos burocráticos de carreira. Este é o quadro desalentador que nos apresenta o sistema educacional brasileiro nos dias que correm, agravado especialmente pela interferência desastrosa do Poder Público no funcionamento das escolas do ciclo secundário. Algumas reações benéficas já se têm manifestado, entretanto, como a da equiparação, aos cursos ginasial ou colegial, de algumas escolas profissionais de nível médio, de currículos mais objetivos e consequentes. Isto constitui, sem dúvida, um prenúncio de uma reforma mais ampla, que venha a transformar a escola do ciclo secundário em uma escola de formação cultural, especializada segundo as aptidões de cada um e visando ao encaminhamento subsequente dos alunos para as diversas tarefas e funções do organismo social; nesta escola, a rigidez monolítica dos currículos pedantes cederá terreno à conveniente diversificação das disciplinas, cujo estudo optativo ficará dependendo da aptidão do aluno e da finalidade que pretende o mesmo alcançar no seu preparo intelectual e prático.

Urge que as escolas secundárias se desenvolvam com ampla liberdade para poderem atender à procura espontânea de conhecimentos objetivos, que capacitem os alunos a desempenhar as funções especializadas exigidas por uma sociedade em plena fase de industrialização e desenvolvimento. A concorrência natural e a emulação farão com que os estabelecimentos particulares de ensino procurem elevar os seus padrões e melhorar a técnica de ensino.

O Estado poderá transformar as suas escolas em estabelecimentos padrões e organizar os quadros de professores destinados à realização dos exames aferidores do aproveitamento em todos os estabelecimentos, quer particulares, quer oficiais, nas condições em que os mesmos exames se tornarem necessários. Função similar poderá ser exercida pelas Universidades, oficiais ou particulares, que terão interesse em selecionar os candidatos que aspiram a se submeter aos seus cursos especializados.

Evidentemente tal sistema não excluirá a formação puramente científica, ou a formação puramente humanista, e por conseguinte até a formação enciclopédica, sempre que o exigirem as aptidões vocacionais dos alunos, que encontrarão subsequente nos currículos especializados das escolas superiores o campo próprio ao enriquecimento da cultura individual em qualquer setor. Naturalmente, a diversificação do ensino de nível médio, necessária para atender às aptidões de cada aluno, não

implicará na exclusão completa, em cada currículo, de certos conhecimentos básicos, ou de natureza cultural considerada indispensável, que não estejam diretamente envolvidos em cada uma das várias categorias de conhecimentos.

É importante aliás que se atente em que a escola de nível médio deverá ser a escola do adolescente, que já terá adquirido na escola primária a técnica elementar da leitura e da escrita, os rudimentos da aritmética e da geometria intuitivas, os conhecimentos gerais sobre o mundo físico e biológico, além de informações sobre geografia e história. O ideal seria que a escola primária, destinada à criança e tendo já a sua finalidade própria, qual seja a da ministração dos conhecimentos indispensáveis à vida em comum, fosse mais longa do que a atual, talvez com seis anos de duração, de maneira que o aluno, já adolescente, pudesse ingressar, com os conhecimentos preliminares acima mencionados, na escola de nível médio; nesta ele teria a oportunidade de aprender, no nível conveniente e com finalidade objetiva, a linguagem, a matemática, as ciências físicas, as ciências naturais, as ciências sociais, as técnicas profissionais (do próprio ensino, do comércio, da indústria ou da agricultura), conforme as aptidões vocacionais de cada um e segundo normas pedagógicas tendentes a desenvolver o raciocínio, o espírito de observação e de análise, a capacidade de interpretação, o senso prático e a técnica experimental.

Neste ponto também a metodologia de ensino preconizada pelas diretrizes e programas oficiais tem-se demonstrado tanto mais ineficiente quanto mais pedante e afetadamente "moderna" tem procurado apresentar-se. Assim é que o ensino da língua pátria se tornaria mais eficiente e adequado ao desenvolvimento do raciocínio, pela conveniente apresentação da gramática com a sua sistematização lógica, com a prática contínua da análise sintática, assim como da leitura, da redação e da composição literária. E que dizer do ensino das línguas vivas, que se pretende ministrar por um "método direto" impraticável, devido ao excessivo e inevitável intervalamento de tempo entre as aulas e a desproporção exagerada entre o número de alunos e o de professores? Pretensamente destinado a tornar os alunos capazes de falar o inglês e o francês, tal método, na realidade, falha inteiramente neste objetivo, depois de anos a fio de várias séries do ciclo secundário, no fim dos quais os alunos, não tendo feito uma aprendizagem sistemática, não são capazes nem ao menos de fazer traduções mediocres de textos escritos nas referidas línguas. Quanto ao latim, que bem poderia servir de disciplina para o raciocínio, porém que é mal recebido pela maioria dos alunos, aliás, já com bastante discernimento para

compreenderem a falta de finalidade e de objetividade do seu ensino, tornado obrigatório para todos, é em geral impingido de maneira desordenada através dos vários anos do ciclo, sendo os alunos levados a decorar trechos inteiros de autores clássicos com as respectivas traduções, "generosamente" fornecidas pelos professores a fim de coonestar a aprovação nos exames. Quanto ao ensino da matemática, que se presta, mais do que qualquer outro, ao desenvolvimento do raciocínio, o que se tem visto, de um modo geral, é a desordem introduzida pela descontinuidade da sua sistematização, que, aliás, subverte o encadeamento lógico entre a aritmética, a álgebra e a geometria, agravada também pela descontinuidade decorrente da variação dos professores de ano a ano do ciclo; acrescente-se a isto o suplício dos alunos desorientados diante da obrigação de aprenderem um assunto por natureza abstrato e apresentado assim de maneira caótica, quando mais fácil seria a sua aprendizagem se obedecesse a uma sistematização lógica. Cumpre ainda aqui notar que o ensino da geometria teórica, inigualável como técnica de raciocínio, é o que mais deficiente se apresenta, pelo fato de estar no ciclo secundário colocado no fim de cada série do curso colegial, daí decorrendo usualmente o seu completo abandono e a sua cômoda substituição pelas fórmulas decoradas, para maior tranquilidade dos professores e satisfação dos alunos. No ensino das ciências físico-naturais, também não se têm demonstrado mais eficazes os nossos estabelecimentos de ensino secundário, especialmente devido à falta de aparelhamento adequado de laboratório; mesmo sob o ponto de vista teórico, ressentem-se a programação do currículo geral do ensino científico de um conveniente entrosamento entre a matemática e a física. O ensino da geografia e da história, feito no nível elevado e com a profundidade que os programas oficiais deixam entrever, deveria evidentemente ser deslocado para as últimas séries do curso, em época em que os alunos já tivessem mais maturidade e capacidade para tirar proveito dos ensinamentos correlatos, em vez de serem submetidos ao martírio da decoração, recurso de que são levados naturalmente a lançar mão, sob a complacência dos professores, que, aliás, não vêm honestamente outra saída para a rígida observância dos programas.

Todo o ciclo secundário oficial, com o seu caráter pretensamente humanista e enciclopédico, está impregnado desta curiosa inversão do conceito de dificuldade e de complexidade das disciplinas ministradas nos seus cursos. A consequência desta inversão, do pedantismo e da extensão desmesurada dos programas é a formação na mentalidade dos alunos de um complexo de frustração diante do edifício monolítico, incongruente e esma-

gador do currículo oficial; é a consagração dos métodos ilícitos, como a "cola", que passa a ser aceita naturalmente e sem repugnância pelos alunos de formação moral mais elevada, pois são levados a ver na mesma uma razoável e justa maneira, a seu alcance, de corrigirem os erros e incongruências da representação convencional, rígida e formalista de que são obrigados a participar.

Na programação de currículos para o curso secundário, que visem a corresponder autenticamente à necessidade social de preparação da juventude para o desempenho das funções do organismo da comunidade, cumpre pois que seja dada atenção também à conveniente gradação das disciplinas, de maneira que o raciocínio, o espírito de observação e de análise, assim como a capacidade de interpretação tenham oportunidade de desenvolver-se *pari-passu* com a aquisição gradual de conhecimentos, na justa medida em que a mentalidade em formação dos alunos possa comportá-lo.

Assim é que o estudo sistemático das línguas, tanto a nacional, como as estrangeiras, assim como o da matemática, ministradas de maneira objetiva e conseqüente, deveria constituir a base de iniciação do ensino de nível médio, não só pela simplicidade das noções correlatas, como pelo fato de se prestarem tais disciplinas ao desenvolvimento do raciocínio dos alunos; em etapa subseqüente, seriam ministrados os cursos mais avançados de linguagem e de matemática, as ciências físicas e naturais, as ciências sociais e as técnicas profissionais (pedagógicas, comerciais, industriais ou agrícolas), já visando à especialização necessária ao preparo dos alunos para os trabalhos e ocupações da vida social, ou, eventualmente, para o prosseguimento dos estudos no ciclo universitário.

Nunca é demais ressaltar que o ensino no ciclo secundário deve ser bem caracterizado pela sua finalidade, que é a do preparo profissional, mesmo para os alunos que sigam um currículo especial, do tipo acadêmico, visando ao prosseguimento dos seus estudos em escolas do ciclo universitário para a especialização em nível superior. É importante que aqueles que não consigam, por qualquer motivo, alcançar o estágio mais elevado, não se sintam frustrados, como atualmente, diante da inutilidade dos esforços realizados, durante anos seguidos, na aquisição de conhecimentos que não constituem instrumentos efetivos de trabalho e atividade profissional.

Aliás, a intensa fase de industrialização, nota dominante do atual processo de desenvolvimento econômico-social da comunidade brasileira, vem acarretando, não só o aparecimento de um

grande número de profissões na esfera industrial, mas também o surgimento de inúmeras atividades diversificadas em outros setores da vida social; por outro lado, o êxodo dos campos para as cidades, fator de desenvolvimento da própria industrialização, precisa ser acompanhado normalmente pela especialização técnica do trabalho agrícola e conseqüente melhoria da sua produtividade; tôdas essas causas contribuem para que se torne cada vez maior a demanda de profissionais de nível médio, que venham a integrar-se, como fatores humanos do desenvolvimento, no organismo social e econômico da comunidade.

A criação, na época áurea da cultura litorânea, de escolas de nível superior processou-se no Brasil, sem dúvida, impulsionada por duas tendências que se harmonizavam na realização de objetivos concordantes: de um lado, a necessidade, para a conveniente estruturação do arcabouço político, administrativo e social do País, do preparo de pessoas habilitadas nas profissões denominadas liberais, notadamente na advocacia, na medicina e na engenharia civil; de outro lado, o interesse que tinham as classes dominantes de justificar a sua supremacia em todos os setores, com a formação de elites, que, pelo processo de seleção inerente ao ensino secundário, haviam de sair inevitavelmente dos seus quadros. Nestas condições, ao aluno egresso do curso secundário, possuidor do certificado que atestaria a relativa abundância da sua família, era facultado, mediante exames vestibulares, o ingresso nas escolas gratuitas de nível superior, custeadas pela União ou pelos estados. Não seria de se esperar que pudesse ser outro o caminho seguido no Brasil, onde não havia ainda uma consciência nacional forjada na luta pelo desenvolvimento, como era o caso dos Estados Unidos, onde as escolas de nível superior surgiam com mais autenticidade, estipendiadas pelas doações dos próprios membros das comunidades regionais, interessadas na consolidação da cultura e na formação de elites políticas, profissionais e administrativas. Entretanto, é inegável o imenso benefício que aquelas escolas superiores trouxeram ao nosso País, muitas delas tendo-se tornado verdadeiros núcleos de estudo e de aperfeiçoamento da cultura em vários ramos da Ciência Aplicada.

Nas últimas décadas, a crescente demanda de profissionais de nível superior tem forçado, não só a criação de novas escolas oficiais, como a fundação de grande número de escolas particulares. Ainda no setor do ensino superior, a intromissão do Estado tem-se feito em moldes semelhantes aos adotados nos estabelecimentos do ensino secundário, tendentes à uniformização dos currículos, como característica de uma orientação visando a consolidar uma pretensa unidade cultural da comunidade e tam-

bém como fórmula adequada para a equiparação e oficialização do ensino das escolas particulares. Como no primeiro caso, tal intromissão tem-se demonstrado ineficiente e inibidora do aperfeiçoamento e da diversificação do ensino, assim como do seu conveniente ajustamento às necessidades prementes de uma vida social e econômica em vertiginosa expansão na comunidade, ditada que é por um ritmo acelerado de desenvolvimento.

A instituição de currículos rígidos para o ensino profissional superior, em uma época de crescente renovação e aperfeiçoamento tecnológico em todos os ramos da Ciência Aplicada, como na Engenharia, na Medicina, no Direito, na Economia, na Agronomia, etc., já foi definida, com muita propriedade, como a submissão das Faculdades de ensino superior a verdadeiras camisas de força, inibidoras do processo dinâmico de ajustagem dos programas de ensino às solicitações decorrentes das necessidades impostas pela evolução social em todos os setores da vida comunitária.

Muitos são os aspectos a considerar na necessidade premente e inadiável de formular-se uma nova orientação para a educação no ciclo universitário no Brasil.

Em primeiro lugar, a justa conceituação da Universidade, que não deve ser considerada e reconhecida apenas como mero agrupamento de Faculdades heterogêneas, sem o espírito de integração universitária, sem a consciência da importância e da significação que pode e deve representar para a comunidade. No complexo da vida social, a Universidade deve ser uma força positiva e atuante no domínio espiritual; deve ser um verdadeiro cérebro social, um centro de irradiação do pensamento e da cultura científica e tecnológica, capaz de influir benéficamente na vida, na ação e no desenvolvimento de toda a comunidade.

Na Universidade devem estar reproduzidas em escala menor as atividades sociais que estão mais intimamente relacionadas ao ensino profissional de nível superior; os hospitais de clínicas, os centros de pesquisas científicas, físicas ou naturais, os institutos de tecnologia, os institutos de estudos sociais e econômicos são as peças indispensáveis, que, funcionando em íntimo entrosamento com as Faculdades de ensino profissional das Universidades, constituirão elementos complementares valiosíssimos para uma autêntica formação educacional, assim como para estímulo do desenvolvimento das aptidões vocacionais dos alunos.

No complexo universitário, as Faculdades deverão perder o caráter de unidades isoladas em compartimentos estanques, cumprindo, ao contrário, que procurem estreitar os contatos mútuos através principalmente de escolas e institutos em que

sejam ministrados cursos relativos a disciplinas fundamentais comuns aos currículos respectivos; à vantagem evidente do reforçamento do espírito de integração universitária, se juntariam os proveitos de ordem prática, tais como economia de aparelhos e equipamentos específicos de cada ramo da Ciência, que seriam instalados nas correspondentes unidades integrantes da Universidade.

Naturalmente, a construção de Cidades Universitárias, longe do burburinho e da agitação dos centros populosos, em ambiente de tranqüillidade propício à meditação e ao estudo, será uma medida de caráter prático que muito poderá contribuir para a colimação de todos os objetivos acima mencionados.

A Universidade não deve, além do mais, ser um corpo estranho inserido no ambiente social; por isto, em cada região, a mesma deve estar articulada com a vida comunitária, de maneira que possa refletir as suas necessidades peculiares de ordem cultural, social e econômica. Assim poderão as Universidades tornar-se, de fato, centros vivos de pensamento, através dos quais venham a encontrar expressão, no plano alto da vida cultural, as aspirações, as tendências e os planejamentos de realização prática das populações regionais; adquirindo, nestas condições, consciência da sua responsabilidade em tão magna tarefa, poderão transformar-se as Universidades em forças propuloras do desenvolvimento nacional.

A Universidade, uma vez constituída e reconhecida, dispendo do mínimo de elementos humanos e materiais necessários para o seu funcionamento, deverá, mesmo quando custeada pelo Poder Público Federal ou Estadual, como é o caso geral, gozar de plena autonomia, com órgãos deliberativos eleitos pelo seu próprio corpo docente e nos quais caberá lugar para a representação do corpo discente. Constituirá assim uma pequena comunidade, que saberá, com consciência da sua capacidade de autodeterminação, estabelecer o seu próprio regime de seleção de professores, os seus próprios currículos, as suas normas disciplinadoras para o corpo docente e discente, os seus programas de aperfeiçoamento. A Universidade poderá assim reger-se por um sistema em que a liberdade estará aliada à responsabilidade e cuja eficiência, mesmo com as inevitáveis imperfeições de todas as organizações humanas, será incomparavelmente mais elevada do que a do sistema atual de submissão ao aparelho burocrático centralizador do Estado.

No ciclo universitário, mais do que em qualquer outro, não será pela "legalização" e pela "oficialização" que o ensino se tornará mais eficiente, mas justamente pela sua libertação

da rotina e das peias asfíxiadoras da burocracia; o próprio magistério não se tornará mais digno e eficiente pelo fato de usufruir regalias e privilégios garantidos pela lei, mas pelo fato de adquirir plena consciência do seu dever e de gozar de um clima de liberdade e responsabilidade para poder cumpri-lo honestamente.

O Estado deverá naturalmente estabelecer as condições mínimas para o reconhecimento do "status" de Universidade; esta, uma vez constituída, saberá manter e aperfeiçoar o padrão, pois o espírito humano tem a tendência natural de procurar a senda do aperfeiçoamento e da evolução, quando não está sujeito às limitações e restrições inibidoras das exigências legais, dos preconceitos sociais e dos interesses de grupos e classes. As Universidades serão assim os templos em que se manterá acesa a chama sagrada do saber, em que se aperfeiçoarão continuamente os padrões de ensino, em que se fomentará a emulação nos quadros do magistério, em que se organizarão os centros de altos estudos e pesquisas, tudo sob o influxo da iniciativa criadora, estimulada pela liberdade associada à responsabilidade. Aos padrões universitários procurarão espontaneamente ajustar-se as Faculdades ainda não integradas em Universidades, daí decorrendo uma salutar tendência à emulação e ao aperfeiçoamento, em vez do atual sistema de equiparação e de nivelamento por força da satisfação de requisitos legais, que se referem mais a formalidades do que a qualidades.

Ao Estado, com a faculdade constitucional de regulamentação das profissões, poderão ser atribuídas funções de fiscalização indireta sobre a qualidade do ensino ministrado nas escolas ainda não integradas em Universidades, pela realização de exames para qualificação profissional, atribuição esta que poderá ser delegada a corpos de examinadores recrutados nas próprias Universidades.

Dentro do regime de liberdade conferido às Universidades para elaboração dos currículos, estes poderão tornar-se mais flexíveis, visando à diversificação do ensino para atender com mais autenticidade à múltipla variedade de profissões exigidas pela complexa vida social moderna. O escalonamento dos cursos em dois estágios, o fundamental e o profissional, aliás já experimentado com êxito, viria facilitar a realização desse objetivo.

O princípio da diversificação dos currículos e do escalonamento dos cursos tornaria mais fácil a conveniente ajustagem de um grande número de Faculdades de ensino superior existentes no País, à real e autêntica posição a que estão em condições de fazer jus; algumas de tais Faculdades, levando em

conta as suas reais possibilidades, deverão limitar-se ao ensino da parte fundamental e das disciplinas do curso profissional para as quais estejam realmente aparelhadas. Os alunos preparados pelas mesmas poderiam completar o curso em outras mais bem aparelhadas ou nas próprias Universidades, mediante o regime de bônus de estudo.

Talvez nenhum país esteja agora como o Brasil, em condições de transformar a sua vida universitária em um respiradouro autêntico para a sua vida cultural, através do qual possa ser convenientemente analisada e interpretada a sua realidade social e econômica, com a conseqüente formulação dos princípios orientadores, das soluções e dos planejamentos nacionais, que conduzirão a comunidade a realizar com plena consciência o seu destino histórico. As Universidades, mantidas pelos recursos da própria Nação e gozando de plena liberdade no domínio espiritual, já isentas portanto de influências estranhas que venham a desvirtuar a sua elevada missão, transformar-se-ão em centros vivos do pensamento e das aspirações da comunidade, aptas a influírem benéficamente na coletividade, inspirando os órgãos legislativos e executivos, fornecendo-lhes a sua contribuição científica e cultural, a fim de que os mesmos possam desempenhar com mais consciência e autenticidade a sua missão.

Temos, no decorrer deste estudo, analisado o sistema educacional vigente no Brasil e apresentado as sugestões impostas pela interpretação da realidade brasileira, tal como esta se apresenta nos umbrais da era do desenvolvimento, nova etapa da nossa História política, social e econômica. A nova cultura que se está formando nesta fase histórica de transição já é uma realidade viva e palpitante, que vem empolgando rapidamente as consciências individuais em todos os setores da vida da comunidade.

A educação, no seu conceito mais amplo, abrange não só o sistema educacional de caráter intelectual e prático, que deve adaptar-se à nova cultura, mas também o próprio processo natural e espontâneo de propagação desta, incluindo principalmente a mudança progressiva da mentalidade do cidadão em face dos problemas sociais, políticos e econômicos, pois os tabus e os preconceitos da cultura decadente vão sendo aniquilados e destruídos sob o impacto vitorioso da nova cultura.

Intimamente ligado a tal processo espontâneo e natural de propagação da nova cultura, estará o aperfeiçoamento do regime democrático no Brasil, que se fará, de um lado, pela ampliação das suas bases, com o reconhecimento dos direitos políticos a todas as camadas da população, a fim de que estas se possam fazer representar autenticamente nos corpos legis-

lativos, e, de outro lado, pela criação de condições propícias ao florescimento da liberdade espiritual no plano alto da vida cultural, a fim de que possam formar-se autênticas elites, identificadas com as aspirações e os interesses da coletividade.

Nesta época em que pode ser observado no mundo um movimento de caráter universal, que se traduz principalmente pelo desenvolvimento da consciência nacional naqueles povos que têm vivido à margem da Revolução Tecnológica e que, apesar de constituírem a maior parte da Humanidade, pouco se têm beneficiado com as perspectivas de progresso material que a mesma Revolução tem aberto a outros povos, privilegiados e menos numerosos; nesta época em que, a par do crescimento dos anseios de paz e de fraternidade entre os povos, o fortalecimento daquela consciência visa a libertar os povos secularmente espoliados do frutos do seu labor pelo imperialismo econômico absorvente e insaciável, que tem avassalado nações e continentes; nesta época em que, como decorrência destes fatores, está surgindo o nacionalismo dos povos subdesenvolvidos, fenômeno histórico-social que se apresenta hoje com características definidas que o distinguem de outros similares do passado; nesta época em que o conceito de democracia atinge a plenitude da sua significação, representando uma expressão do direito das grandes massas de se manifestarem com liberdade para influírem nos seus próprios destinos e livrando-as de se deixarem escravizar pelo imperialismo ideológico, outro sistema tentacular que disputa ao imperialismo econômico as suas vítimas para submetê-las a um intolerável regime de escravização espiritual; nesta época em que o desenvolvimento em todos os planos, espiritual, cultural, social e econômico, é a trilha a ser seguida por todos os povos em estágio de subdesenvolvimento, como o Brasil; nesta época em que a reforma das estruturas econômico-sociais e a formação de novas culturas marcam um sentido de renovação e de renascimento na marcha das civilizações; nesta época, dizemos, a educação é, por todos esses motivos, a função social por excelência, através da qual os espíritos de escol podem e devem, identificando-se com os anseios coletivos, conduzir a marcha ascensional dos povos nesta etapa gloriosa da Humanidade, em que o heroísmo a ser cantado pelas modernas epopéias será o do sacrifício pelo bem comum, será o do trabalho construtivo em prol da elevação do padrão de vida o do trabalho construtivo em prol da elevação do padrão de vida das massas ignaras e subnutridas, será, enfim, o do pensamento vivo e criador, que luta contra o erro e o preconceito, visando à concretização dos ideais universais de paz e de fraternidade, de liberdade e de justiça.